

DESENVOLVIMENTO REGIONAL & ESTRATÉGIAS NECESSÁRIAS

Nilson Pimentel (*)

18/08/2017

Sempre seremos favoráveis às eleições diretas, sob as escolhas do voto direto do eleitor, pois em estado democrático de Direito não existe outra forma mais legítima que o voto direto do povo.

Por isso, quando há essa oportunidade na democracia tornar-se uma festa cívica para o povo eleitor, sendo reacendida a chama da esperança por tempos melhores na vida da sociedade.

No entanto, se tem vivenciado os sobressaltos, ora nas hostes do governo federal, ora aqui no governo estadual do Amazonas.

Vamos a alguns fatos recentes: Em discussão os economistas do Clube de Economia da Amazônia (CEA) tem sempre assuntado sobre o porquê do governo do Amazonas, decorridos esses 50 anos do projeto Zona Franca de Manaus (ZFM), como de extrema importância ao Desenvolvimento Econômico Regional, nunca se preocupou em estruturar algo sobre ações estratégicas de Estado ou Inteligência Estrutural Estratégica que envolvesse a geração sistêmica de informações úteis ao assessoramento de processos decisórios e ao planejamento estratégico do estado.

O projeto ZFM, mesmo a despeito de possuir a segurança jurídica na Constituição Federal, no decorrer de sua existência tem sido constantemente atingido em suas pilastras judiciais tributárias por ameaças vindas de outros estados federados, com a chamada “guerra fiscal”.

O governo estadual abandonou definitivamente os princípios da oportunidade e do pró-atividade que o favorecesse em contextos adversos por meio de antecipação de ameaças, da diversificação de alternativas de desenvolvimento econômico regional e do delineamento de cenários futuros. Tais mecanismos de estratégia poderiam ter dado a gestão pública do Amazonas opção de escolhas e decisões que livrasse o estado da dependência econômica do Polo Industrial de Manaus (PIM).

Tanto que nesse meio século as forças e os esforços se deram somente em direção do projeto ZFM e seu resultante mais pujante que é o PIM, o qual na visão daqueles economistas do CEA embotou a inteligência dos mandatários políticos desse estado por todo esse tempo, no qual se viveu na total letargia da zona de conforto proporcionada por receitas advindas daquelas atividades dinâmicas da indústria.

Ressalte-se que nessa difícil realidade, é a questão política responsável por todo esse estado de caos que se vive atualmente, tanto no regional quanto no federal.

E, como eles, os políticos, que compõem o Congresso Nacional, a Assembleia Estadual e a Câmara Municipal continuam atuando sem em prol de seus projetos, de costas para quem os elegeram, não existindo nenhuma simbiose entre eles e a sociedade que dizem representar.

Somente, para dar uma ideia de que tratam as ameaças ao nosso único projeto de desenvolvimento econômico – a ZFM -, os especialistas do CEA ressaltam que elas não são gestadas da noite para o dia, mas no transcurso de certo tempo e, por que não as se detectam com antecedência? Pro que o Amazonas não atua com a ou Inteligência Estrutural Estratégica? Para que depois dos fatos acontecido todos não venham a lamentar e chorar o acontecido adverso, como acontecido nesse ultimo fato da lei sancionada pelo Presidente Temer que atinja e prejudica o sustentáculo jurídico tributário da ZFM.

Entretanto, mesmo após essas décadas, ainda se tem a sensação que nada esta sedimentada na região, que não

se tem nenhuma injunção no aspecto de indução ou da participação direta na gestão do modelo, pois ainda se parece autônomo, auto direcionado sem nenhuma aderência a economia regional, significativamente.

Por outro lado, os especialistas do CEA, lastreados por resultantes de pesquisas, sempre discutem o que foi já constatado, identificando que há aparência para a sociedade amazonense que a gestão governamental do Amazonas está desagregada do poder decisório do projeto ZFM, na essência e não nas conjunções políticas com a Superintendência da SUFRAMA.

Ou seja, o espaço territorial do Amazonas, assim delimitado, está “alugado” para as atividades dinâmicas do Polo Industrial de Manaus (PIM) se desenvolver sem interferência, sem direcionamento ou indução do poder público estadual, ainda mais, tendo-o que defender das ameaças externas. Visto por esse prisma, os economistas do CEA discutem que a retomada da governança pública do Amazonas deva ser umas das prioridades estratégicas do próximo governante eleito para o mandato de quatro anos.

Tendo que enfrentar forças centrais divergentes, brigando que não se resgate as adequações dos processos decisórios nas tendências dos desafios críticos que se tem a enfrentar, haja vista que as mudanças são as constantes que se tem a adaptar a gestão pública do Amazonas, a exigir processos colaborativos e a construção de uma cultura de pactos do bem comum, que seja capaz de minimizar as desigualdades sociais e quebrar o ciclo da pobreza que grassa no interior do Amazonas, o próximo governante somente poderá encarar tal desafio com Inteligência Estrutural Estratégica e competência de gestão.

Torna-se indispensável o resgate da visão sistêmica, da visão de longo prazo, e dos mecanismos de Planejamento Econômico Estratégico (PEE), deixando para traz o modelo mental do atraso e construindo uma nova forma de fazer política de desenvolvimento regional, sob as potencialidades econômicas que o Amazonas possui e alargando as possibilidades de abrangência de outra Lei dos Incentivos Fiscais.

Portanto, o desafio é formatar um modelo de governança pública que tende a se concentrar mais na incorporação e inclusão social como atores interessados na qualidade do papel do governo, tendo a possibilidade da “criação de valor público”, nos serviços ofertados pela função de governo a sociedade. Essa governança poderá olhar para além da reforma da gestão e dos serviços públicos, bem como para formas de governo com níveis mais diferenciados, tendo na transparência o forte da ação governamental.

Por outro lado, o Desenvolvimento Econômico Regional, como defendem os economistas do CEA, deve se dar pela forma sequencial de processos na modelagem endógena com reforço na política pública de atração de investimentos produtivos diretos nos segmentos econômicos de maior significação, pois não pode se deixar levar por modismo, o modelo econômico endógeno já existe e comprovado cientificamente seus resultados econômicos, e aqui no Amazonas se tem muito por fazer nesse sentido, como um *locus economicus* por excelência.

Assim sendo, abrangendo toda questão da bioeconomia, a economia verde, a economia dos serviços ambientais, etc, etc, etc, implicando em outra racionalidade nos processos decisórios da gestão de governança do Amazonas, como ponto de convergência de uma gestão racional do desenvolvimento econômico amazonense.

(*) Economista, Engenheiro, Administrador, Mestre em Economia, Doutor em Economia, Pesquisador, Consultor Empresarial e Professor Universitário: nilsonpimentel@uol.com.br.